



AMÉRICAS

Acordo contra a violência armada

Grupo bipartidário de senadores dos EUA articula proposta que prevê maior controle na venda de armamentos para menores de 21 anos. Presidente Joe Biden pede aprovação das medidas

Um grupo bipartidário de senadores dos Estados Unidos anunciou que trabalha em um acordo com o objetivo de combater a violência com armas de fogo no país. O texto articulado está longe de abarcar as ideias defendidas pelo presidente Joe Biden, mas surge como uma alternativa diante das resistências impostas por alguns parlamentares em alterar as legislações federais sobre o tema.

“Hoje (ontem), anunciamos uma proposta bipartidária de senso comum para proteger as crianças americanas, manter nossas escolas seguras e reduzir a ameaça da violência em todo o país”, afirma, em comunicado conjunto, o grupo composto por 20 congressistas, sendo 10 democratas e 10 republicanos. Ainda de acordo com o texto, “o plano aumenta os recursos necessários para a saúde mental, melhora a segurança escolar e o apoio aos estudantes, além de ajudar a garantir que os criminosos perigosos e os que são considerados pacientes mentais não possam comprar armas”.

A versão final da proposta ainda não está pronta, mas os senadores adiantaram que ela prevê mais rigor no controle de antecedentes para os compradores de armas com menos de 21 anos e o combate ao comércio ilegal. Também encoraja os Estados a adotarem leis que permitam que a polícia ou as famílias peçam a um tribunal estadual a remoção temporária de armas de qualquer pessoa considerada perigosa para si ou para os outros.

Biden celebrou o anúncio do acordo e pediu aos congressistas que o aprovem o quanto antes. “Com o apoio bipartidário, não há desculpas para o atraso e nenhuma razão para que não passe rapidamente pelo Senado e pela Câmara (...) Quanto mais cedo chegar à minha mesa, mais cedo posso assiná-lo e mais cedo poderemos implementar essas medidas que salvam vidas”, enfatizou, em comunicado.

No texto, o presidente também destacou que as medidas não são tão profundas quanto gostaria. “Obviamente, não inclui

tudo o que acho necessário, mas reflete passos importantes na direção correta e seria a legislação sobre segurança de armas mais significativa a ser aprovada no Congresso em décadas”, escreveu. Entre as medidas defendidas por Biden, estão a proibição das vendas públicas de fuzis, ou pelo menos o aumento da idade mínima de compra desses armamentos, e o reforço dos comprovantes de antecedentes do cliente.

Na última quarta-feira, a Câmara de Representantes, controlada pelos democratas, aprovou um amplo pacote de propostas — entre elas, o aumento da idade de compra da maioria dos fuzis semiautomáticos de 18 para 21 anos. O partido, porém, não tem os 60 votos necessários para avançar com esse pacote no Senado — seria necessário o apoio de 10 conservadores. Nessa configuração, a estratégia de firmar um acordo bipartidário parece ser a única esperança de medidas federais para enfrentar a violência armada no país.

Os líderes democrata e republicano no Senado, Chuck Schumer e Mitch McConnell, respectivamente, declararam apoio ao acordo. A presidente da Câmara, Nancy Pelosi, também. “Esse pacote tomará medidas para salvar vidas”, disse, ponderando que a proposta deveria incluir a verificação de antecedentes de todos os compradores e a proibição de carregadores de alta capacidade.

Manifestações

O acordo foi anunciado em meio a uma indignação generalizada nos Estados Unidos em decorrência de dois crimes recentes com armas de fogo — em 24 de maio, um estudante de 18 anos matou 19 alunos e dois professores depois de invadir uma escola primária em Uvalde, no Texas, com um fuzil de assalto semiautomático. Alguns dias antes, um supremacista branco da mesma idade havia assassinado 10 negros em Buffalo.

Apesar das pressões de políticos e da sociedade civil, a Associação Nacional de Rifle (NRA), o principal lobby pelo direito de comprar e portar



Marcha na Califórnia por leis mais rígidas para a venda de armas: protestos reuniram milhares de pessoas no país, no sábado



Não inclui tudo o que acho necessário, mas (...) seria a legislação sobre segurança de armas mais significativa a ser aprovada no Congresso em décadas”

Joe Biden, presidente dos Estados Unidos

armas, continua exercendo uma influência considerável em Washington. “A mídia, os políticos de esquerda e os ativistas que odeiam armas estão intimidando os membros da NRA e os proprietários de armas porque querem que nos rendamos. Não vamos dobrar os joelhos”, escreveu a associação, no sábado, em sua página no Twitter. No mesmo dia, milhares de pessoas saíram às ruas de várias cidades do país para exigir medidas mais duras contra a violência armada.

Reprodução Twitter



Guaidó é agredido em restaurante

Um dos líderes da oposição na Venezuela, Juan Guaidó foi agredido em um restaurante em San Carlos, no oeste do país, no sábado. Ele estava reunido com aliados no local e foi expulso a empurrões por um grupo de pessoas. Vídeos da confusão foram divulgados nas redes sociais. Nas imagens, é possível ver cadeiras sendo arremessadas em direção ao político, que aparece com as roupas rasgadas. Ele retuitou mensagens que atribuem o ataque a militantes do PSUV, partido do presidente Nicolás Maduro. Também no Twitter, o governo brasileiro, por meio do Itamaraty, manifestou solidariedade a Guaidó.

LEGISLATIVAS NA FRANÇA

AFP



Presidente corre risco de perder a maioria absoluta na Assembleia

Coalizão de Macron e esquerda empatam

Antes mesmo de ser finalizada — o resultado virá do segundo turno, no próximo domingo —, a eleição para renovar o Senado na França é considerada uma derrota para o presidente Emmanuel Macron. Na primeira fase da disputa, a coalizão do centrista empatou em número de votos com a aliança da esquerda — 26%, segundo dados oficiais —, configurando um cenário que pode levar o governo a perder a maioria absoluta na Assembleia Nacional.

O resultado era esperado e, segundo analistas, serve de alerta para o presidente reeleito em abril. “São sete pontos a menos que em 2017, e a maioria absoluta não é

uma certeza”, disse, em entrevista à rede France 2, o cientista político Brice Teinturier, que avalia que os franceses buscaram “reequilibrar” a eleição presidencial.

São 577 vagas em disputa, e, para conseguir maioria absoluta, é preciso conquistar 289 cadeiras. Sem o controle do Legislativo, Macron será obrigado a negociar com uma maioria relativa ou terá que governar em “coabitação”, segundo Dominique Rousseau, professor de direito constitucional na Universidade Panthéon-Sorbonne. “Ele não estabelecerá mais a política da nação, e sim a maioria na Assembleia e o primeiro-ministro

que sair dessa”, explica.

As pesquisas indicam que a coalizão centrista sairá vitoriosa no segundo turno, mas com um número de cadeiras que pode não ser suficiente. A campanha por um resultado diferente começou ontem mesmo. “Somos a única força política capaz de obter maioria na Assembleia Nacional (...) Apenas nós temos um projeto coerente e responsável. Apelo a todas as forças republicanas a se unirem em torno desse projeto”, afirmou a primeira-ministra Elisabeth Borne.

Líder da Nova União Popular Ecológica e Social (Nupes), Jean-Luc Mélenchon também

conclamou por esforços para que a coalizão da esquerda saia vitoriosa. “A verdade é que o partido presidencial, neste primeiro turno, está derrotado (...) Eu apelo aos nossos eleitores, em vista desse resultado e da oportunidade extraordinária que ele representa para nossas vidas e o destino da pátria comum, a comparecerem às urnas.”

Para a esquerda, Macron foi reeleito não pelo programa de governo, mas porque os franceses tentaram impedir que sua rival de extrema-direita, Marine Le Pen, chegasse ao poder. A sigla de Le Pen, a Reunião Nacional (RN), recebeu ontem 18% dos votos.